



Seguro de Assistência ao Estabelecimento e Proteção Jurídica

**Associado ao Programa Cliente Freqüente
Negócios**

Condições Gerais e Especiais da Apólice

Apoio ao Cliente: 210 042 490 / 226 089 290

Atendimento personalizado disponível todos
os dias úteis das 8h30 às 18h00

www.ocidental.pt

ÍNDICE

Condições Gerais de Assistência ao Estabelecimento e Proteção Jurídica

Associado ao Programa Cliente Frequente Negócios

04	ARTIGO PRELIMINAR
04	CAPÍTULO I
	DEFINIÇÕES, OBJETO, GARANTIAS E ÂMBITO DO CONTRATO
04	ARTIGO 1.º – DEFINIÇÕES
05	ARTIGO 2.º – OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO
05	ARTIGO 3.º – ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL
05	ARTIGO 4.º – EXCLUSÕES
05	CAPÍTULO II
	DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE
05	ARTIGO 5.º – DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO
05	ARTIGO 6.º – INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO
06	ARTIGO 7.º – INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO
06	ARTIGO 8.º – AGRAVAMENTO DO RISCO
07	ARTIGO 9.º – SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO
07	CAPÍTULO III
	PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS
07	ARTIGO 10.º – VENCIMENTO DOS PRÉMIOS
07	ARTIGO 11.º – COBERTURA
07	ARTIGO 12.º – AVISO DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS
07	ARTIGO 13.º – FALTA DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS
08	ARTIGO 14.º – ALTERAÇÃO DO PRÉMIO
08	CAPÍTULO IV
	INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO
08	ARTIGO 15.º – INÍCIO DA COBERTURA E DE EFEITOS
08	ARTIGO 16.º – DURAÇÃO
08	ARTIGO 17.º – MODOS DE CESSAÇÃO DO CONTRATO
09	ARTIGO 18.º – FRANQUIA
09	CAPÍTULO V
	DISPOSIÇÕES DIVERSAS
09	ARTIGO 19.º – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES
09	ARTIGO 20.º – LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM
09	ARTIGO 21.º – FORO
10	Condições Especiais Assistência Estabelecimento – Frequente Negócios
10	ARTIGO 1.º – DEFINIÇÕES
10	ARTIGO 2.º – ÂMBITO DA COBERTURA
10	ARTIGO 3.º – OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO
13	ARTIGO 4.º – EXCLUSÕES
13	ARTIGO 5.º – INÍCIO DA PRODUÇÃO DE EFEITOS
14	ARTIGO 6.º – DURAÇÃO DO CONTRATO
14	QUADRO I

15 Condições Especiais Proteção Jurídica – Frequente Negócios

- 15 ARTIGO 1.º – DEFINIÇÕES
- 15 ARTIGO 2.º – ÂMBITO DA COBERTURA
- 15 ARTIGO 3.º – OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO
- 16 ARTIGO 4.º – EXCLUSÕES
- 16 ARTIGO 5.º – INÍCIO DA PRODUÇÃO DE EFEITOS
- 16 ARTIGO 6.º – DURAÇÃO DO CONTRATO
- 16 ARTIGO 7.º – CONDIÇÕES DE INTERVENÇÃO DO SEGURADOR
- 16 ARTIGO 8.º – SERVIÇOS PRESTADOS
- 17 ARTIGO 9.º – DESPESAS GARANTIDAS
- 17 ARTIGO 10.º – DESPESAS NÃO GARANTIDAS
- 18 ARTIGO 11.º – ÂMBITO TERRITORIAL
- 18 ARTIGO 12.º – ÂMBITO TEMPORAL
- 18 ARTIGO 13.º – PROCEDIMENTO DO SEGURADOR EM CASO DE LITÍGIO
- 18 ARTIGO 14.º – OBRIGAÇÕES DO SEGURADO EM CASO DE LITÍGIO
- 19 ARTIGO 15.º – SUB-ROGAÇÃO
- 19 QUADRO II – COBERTURAS, CAPITALIS

Condições Gerais de Assistência ao Estabelecimento e Proteção Jurídica – Cliente Frequente Negócios

Artigo preliminar

1. Entre a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., adiante designada por Segurador, e o Tomador do seguro, ambos melhor identificados nas Condições Particulares, é celebrado o presente contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais, pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.

2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação, incluindo o número de identificação fiscal das partes, os dados do Segurado, os dados do representante do Segurador para efeito dos Sinistros, o capital seguro ou o modo da sua determinação e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES, OBJECTO, GARANTIAS E ÂMBITO DO CONTRATO

Artigo 1.º - DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

APÓLICE: O conjunto de documentos que titulam o contrato de seguro, incluindo a Proposta de Seguro, as Condições Gerais, as Condições Especiais e as Condições Particulares e todos os documentos adicionais que as completem ou alterem.

SEGURADOR: A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., entidade legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora, e que subscreve o presente contrato com o Tomador do seguro.

TOMADOR DO SEGURO: A Pessoa singular ou coletiva que celebra o presente contrato com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

SEGURADO: A Pessoa singular ou coletiva titular do interesse seguro e sujeita aos riscos que, nos termos do acordado, são objeto do presente contrato.

SEGURO INDIVIDUAL: O Seguro efetuado relativamente a uma pessoa, podendo o contrato incluir no âmbito da cobertura o agregado familiar ou um conjunto de pessoas que vivam em economia comum.

SEGURO DE GRUPO: O contrato de seguro que cobre riscos de um conjunto de pessoas ligadas ao Tomador do seguro por um vínculo ou interesse comum que não seja o de segurar.

GRUPO SEGURÁVEL: O conjunto de pessoas, homogêneo em relação a uma ou mais características, de índole profissional, associativa ou outra, homogeneidade, essa expressa por vínculo ou interesse comum, que não seja o da efetivação do presente contrato de seguro.

BOLETIM DE ADESÃO: O documento do qual constam elementos identificativos e outras informações respeitantes à Pessoa Segura, no caso de adesão a Seguro de Grupo.

ESTABELECIMENTO: Todo aquele que, como tal, for designado e identificado na Apólice.

ESTABELECIMENTO SEGURO INUTILIZADO: Todo aquele que, em consequência de um sinistro coberto pela apólice, fique de tal modo danificado, que não permita às Pessoas Seguras aí exercerem a sua atividade em condições normais de segurança, higiene e funcionalidade.

ACIDENTE: Acontecimento fortuito, súbito e imprevisível, devido a causa exterior, violenta e estranha à vontade da Pessoa Segura e que nesta origem lesões corporais.

PESSOAS SEGURAS: O Tomador do seguro, o Segurado ou outro desde que especificado nas Condições Particulares ou Especiais da Apólice.

LITÍGIO: Divergência ou situação conflitual, sempre que possível documentada em que o Segurado faz valer um direito seu, contesta uma pretensão de outrem ou se defende em Tribunal.

PRÉMIO: A importância paga pelo Tomador do seguro ao Segurador como contrapartida da assunção dos riscos por parte deste.

Artigo 2.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato garante, nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares, serviços de Assistência ao Estabelecimento em consequência de sinistro e que não estejam excluídos pela Apólice.
2. Sem prejuízo do que precede, o objeto e garantias do contrato podem ser alterados por convenção entre as partes nas Condições Especiais ou Particulares.

Artigo 3.º - ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação aos eventos ocorridos em Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, no local de risco indicado nas Condições Particulares.

Artigo 4.º - EXCLUSÕES

1. Para além das exclusões previstas nas Condições Especiais e Particulares, ficam excluídos da cobertura da presente apólice:
 - a) prestações decorrentes de suicídio ou tentativa de suicídio e mutilações voluntárias, ou a sua tentativa, assim como as lesões corporais que as Pessoas Seguras pratiquem ou façam praticar sobre si próprias, mesmo que estes atos sejam praticados em estado de incapacidade de discernimento;
 - b) prestações relativas a sinistros decorrentes de dolo de qualquer das Pessoas Seguras;
 - c) prestações relativas a sinistros decorrentes de ação ou omissão da Pessoa Segura quando esta apresente taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,5 g/l ou quando esteja sob o efeito de estupefacientes fora de prescrição médica ou quando incapaz de controlar os seus atos;
 - d) devidos a atos de guerra, greves, tumultos e perturbações de ordem pública;
 - e) causados por tremores de terra, erupções vulcânicas, maremotos, inundações ou quaisquer outros cataclismos da natureza;
 - f) decorrentes de apostas, da participação em competições desportivas e dos treinos com vista a essas competições;
 - g) as prestações de serviço que não tenham sido solicitadas ao Segurador ou que tenham sido efetuadas sem o seu acordo.

CAPÍTULO II DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

Artigo 5.º - DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O Tomador do seguro ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito.

Artigo 6.º - INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 do artigo anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O Segurador não está obrigado a cobrir o Sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.

5. Em caso de dolo do Tomador do seguro ou da Pessoa Segura com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Artigo 7.º - INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 do artigo 6.º, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

- a) propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
- b) fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo Tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido *pro rata temporis* atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um Sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

- a) o Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
- b) o Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o Sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

Artigo 8.º - AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador do seguro ou a Pessoa Segura tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar por escrito ou por outro meio de que fique registo duradouro ao Segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo Segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o Segurador pode:

- a) apresentar ao Tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
- b) resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A resolução do contrato produz efeitos 14 dias a contar da data do envio da declaração de resolução.

Artigo 9.º - SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos no artigo anterior ocorrer o Sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o Segurador:

- a) cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do Sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior;
- b) cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do Sinistro;
- c) pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do seguro ou do Segurado, o Segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

Artigo 10.º - VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

- 1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
- 2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
- 3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

Artigo 11.º - COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

Artigo 12.º - AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

- 1. Na vigência do contrato, o Segurador deve avisar por escrito o Tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.
- 2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
- 3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o Segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao Tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

Artigo 13.º FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

Artigo 14.º ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

Artigo 15.º INÍCIO DA COBERTURA E DE EFEITOS

1. O dia e hora do início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, sem prejuízo do previsto no artigo 11.º.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

Artigo 16.º DURAÇÃO

1. O contrato indica a sua duração, que poderá ser por um período certo e determinado ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no n.º 1 não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato por declaração escrita enviada ao destinatário com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data da prorrogação ou se o Tomador do seguro não proceder ao pagamento do prêmio.

Artigo 17.º MODOS DE CESSAÇÃO DO CONTRATO

1. Além da possibilidade de denúncia prevista no n.º 3 do artigo anterior, o contrato pode cessar por caducidade, revogação por acordo das partes ou por resolução.
2. O presente contrato caduca no termo do período de vigência estipulado, se o houver, e na eventualidade de superveniente perda do interesse ou de extinção do risco e sempre que se verifique o pagamento da totalidade do capital seguro para o período de vigência do contrato sem que se encontre prevista a reposição desse capital.
3. Caso o contrato tenha sido celebrado à distância, o Tomador do seguro, que seja pessoa singular, tem o direito à resolução do mesmo, sem necessidade de invocar justa causa, no prazo de 14 dias imediatamente após a data da receção da apólice.
4. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

5. O montante do prémio a devolver ao Tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo convenção de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

6. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

7. A resolução do contrato produz efeitos 15 dias a contar da data do envio da declaração de resolução.

Artigo 18.º CESSAÇÃO DAS GARANTIAS INDIVIDUAIS

Sem prejuízo de outros casos previstos no contrato, para cada Pessoa segura as garantias cessam:

- a) logo que esta, por qualquer causa, tenha deixado de pertencer ao Grupo Seguro;
- b) pelo pagamento de eventual indemnização respeitante às coberturas principais contratadas.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 19.º COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do Tomador do seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do Segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do Segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

5. O Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

Artigo 20.º – LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.

2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do Segurador identificados no contrato, ao Provedor do Cliente e, bem assim, ao Instituto de Seguros de Portugal (www.isp.pt).

3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

Artigo 21.º FORO

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

Condições Especiais Assistência Estabelecimento – Frequente Negócios

O seguro de Assistência ao Estabelecimento de que beneficiam os aderentes ao Programa Cliente Frequente Negócios, do Millenniumbcp, integra as Condições Gerais da Apólice e as presentes Condições Especiais, as quais, em caso de dúvida, prevalecem sobre as Condições Gerais.

Artigo 1.º - DEFINIÇÕES

Para efeitos da presente condição especial entende-se por:

SEGURADO: O empresário em Nome Individual, a Empresa ou o Organismo, titular da conta associada à Solução Cliente Frequente Negócios.

ESTABELECIMENTO SEGURO: Todos os locais onde o Segurado está legalmente autorizado a exercer a sua atividade, limitando-se no caso de Associações, Federações, Ordens, Cooperativas, Clubes, Organismos de Poder Local e Condomínios, à sua sede destinada exclusivamente a serviços administrativos.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA: A entidade designada pelo Segurador nas Condições Particulares, que organiza o serviço de ajuda imediata às Pessoas Seguras, em consequência de Sinistro, incluindo prestações indemnizatórias complementares nos termos da presente Condição Especial.

ACIDENTE NO ESTABELECIMENTO SEGURO: Todo o acontecimento, fortuito, súbito e anormal, violento ou não, ocorrido no Estabelecimento Seguro devido a causa exterior e estranha à vontade das Pessoas Seguras, em consequência dos riscos cobertos.

PESSOAS SEGURAS: São todos os:

- Empresários em Nome Individual;
- Membros dos Órgãos Sociais de Gestão de Empresas (Gerentes ou Administradores);
- Membros de Órgãos de Direção Executivos de Ordens, Associações, Federações, Cooperativas ou Clubes;
- Membros Eleitos ou Nomeados para os Órgãos Executivos do Poder Local;
- Membros da Administração de Condomínios (Condóminos se pessoas individuais);
- Os trabalhadores do Segurado, a ele ligados por um contrato de trabalho válido, no exercício das funções da respetiva categoria profissional.

No caso de Associações, Federações, Ordens, Cooperativas e Clubes ficam excluídos os sócios e/ou associados.

Artigo 2.º - ÂMBITO DA COBERTURA

1. O presente contrato tem por objeto o acesso, através do telefone 21 034 79 33, aos serviços de Assistência ao Estabelecimento previstos por esta apólice.

2. Esta garantia será prestada em todo o território nacional.

3. O serviço prestado ao Estabelecimento em caso de sinistro funciona nos seguintes horários: Serviço 24h: Canalizadores, Desentupimentos, Eletricistas, Abertura de Portas. Para os serviços diurnos das 08,00 horas às 18,00 horas: Pedreiros, Carpinteiros, Pintores, Estucadores, Serralheiros, Vidraceiros e Técnicos de Estores.

Artigo 3.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

1. O montante a indemnizar por estas coberturas não excederá os capitais fixados no Quadro I das Condições Especiais.

2. As garantias deste contrato abrangem os seguintes serviços de assistência ao estabelecimento:

a) assistência ao estabelecimento – desde que se verifique a ocorrência de sinistro ocasionado por um dos seguintes riscos:

- Incêndio, Queda de Raio e Explosão;
- Tempestades;
- Inundações;
- Fenómenos Sísmicos;

- Danos por Água;
- Furto ou Roubo;
- Queda de Aeronaves;
- Choque ou Impacto de Veículos Terrestres ou Animais;
- Derrame Acidental de Óleo
- Quebra de Vidros;
- Quebra ou Queda de Antenas;
- Quebra ou Queda de Painéis Solares.

i) envio de profissionais: em caso de sinistro no estabelecimento seguro, a pedido da Pessoa

Segura, o Segurador promoverá o envio dos seguintes profissionais qualificados necessários para a reparação dos danos ou sua contenção até à intervenção do perito avaliador;

- | | |
|------------------|-----------------|
| - Alcatifadores | - Canalizadores |
| - Carpinteiros | - Eletricistas |
| - Eletrotécnicos | - Estucadores |
| - Pedreiros | - Pintores |
| - Serralheiros | - Vidraceiros |

ii) remoção, transporte e guarda de mobiliário e equipamentos: em caso de sinistro e caso o estabelecimento seguro ficar inutilizado, o Segurador providenciará e suportará os custos com:

- o aluguer de uma viatura de transporte de mercadorias para mudança do mobiliário e equipamentos até ao estabelecimento provisório;
- a guarda dos objetos e bens não transferidos para o estabelecimento provisório, durante um período de 60 dias;
- as despesas de transporte do mobiliário para o novo local do estabelecimento definitivo em Portugal, nos 30 dias subsequentes ao da ocorrência do sinistro, se estiver num raio inferior a 50 km do estabelecimento seguro.

iii) limpeza do estabelecimento - se, em consequência de sinistro, as condições de higiene do estabelecimento seguro ficarem afetadas de forma significativa, o Segurador providenciará e suportará os custos com a limpeza da área afetada.

iv) guarda de objetos - se em consequência de sinistro, o estabelecimento seguro ficar acessível do exterior ou a fechadura inutilizada, e se após o acionamento das medidas cautelares adequadas, o estabelecimento seguro necessitar de vigilância para evitar o roubo dos objetos existentes, o Segurador suportará as despesas com um vigilante para guarda daquele, até ao limite máximo de 48 horas.

v) substituição de fechadura - se em consequência de sinistro de furto ou roubo, ou por extravio de chave, a fechadura da porta de acesso do exterior ao estabelecimento seguro ficar inutilizada, não sendo possível a qualquer das Pessoas Seguras nele entrar, o Segurador suportará as despesas necessárias para a sua substituição. Esta garantia só poderá ser utilizada uma vez por ano.

vi) aconselhamento em caso de roubo - em caso de sinistro ocorrido no estabelecimento seguro, o Segurador, através do seu serviço telefónico de assistência permanente, dará a conhecer todos os direitos que assistem aos Segurados e/ou Pessoas Seguras ao abrigo desta Condição Especial, aconselhando-os sobre as providências a tomar imediatamente, prestando em caso de roubo ou tentativa de roubo, o apoio jurídico sobre os trâmites necessários para a denúncia do mesmo às autoridades e das diligências oficiais a tomar, se for caso disso.

vii) hospitalização por acidente ocorrido no estabelecimento seguro - em caso de hospitalização ou acamamento, por prescrição médica, de qualquer das Pessoas Seguras, em consequência de sinistro ocorrido no estabelecimento seguro, o Segurador, através do serviço de assistência:

- suportará as despesas com um profissional de enfermagem até ao limite de 72 horas;
- enviará ao domicílio da Pessoa Segura (das 20,00 horas as 08,00 horas), os medicamentos prescritos pelo médico, sendo o respetivo custo de sua conta;
- suportará, se qualquer das Pessoas Seguras por prescrição médica tiver que ser hospitalizada, o custo do transporte pelo meio adequado, até ao hospital mais próximo do seu domicílio.

b) assessoria ao empresário - o Segurador garante o acesso a profissionais habilitados a prestar serviços em cada uma das seguintes áreas, sendo os custos com honorários a cargo do Segurado.

- i) aconselhamento em Sistemas de Segurança:
 - Análise de Riscos;
 - Auditorias de Segurança;
 - Estudos de Segurança;
 - Planos de Emergência;
 - Notificações e Relatórios de Segurança;
 - Sistemas de Informação aplicados à Segurança.

c) serviços de concierge - o Segurador, a pedido das Pessoas Seguras, proporcionará os serviços de informações, de marcações e reservas de caráter lúdico e turístico, que se indicam a seguir. Este serviço de Concierge está disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, por via telefónica.

- i) informações de viagem: o serviço de concierge proporcionará informações sobre:
 - Coordenação de itinerários e excursões;
 - Requerimento de vistos, passaportes, restrições de entrada nos países, vacinações necessárias e documentação;
 - Taxas de câmbio;
 - Informação sobre o tempo e meteorologia em geral;
 - Trafego automóvel;
 - Mapas e localidades;
 - Informação sobre países e principais cidades;
 - Informação sobre alfândegas dos locais que o portador está visitando;
 - Farmácias de Serviço;
 - Horários de transportes terrestres (Táxi, Comboio, Transportes Aéreos, Rent-a-Car);
 - Reservas de voos e confirmações;
 - Reservas em hotéis;
 - Aluguer de veículos, carros desportivos, limousines, barcos ou aviões;
 - Ajuda na compra e envio de presentes;
 - Envio urgente de mensagens;
 - Serviços urgentes de tradução;
- ii) reservas de serviços: o serviço de concierge proporcionará e organizará os seguintes serviços:
 - Informações e reservas sobre eventos de lazer e entretenimento, como sejam: Teatro, Cinema, Ópera, Ballet, Concertos, Museus e outras atividades ou eventos culturais;
 - Informações e reservas atrações culturais, orientando sobre a participação nos mesmos;
 - Informações e reservas sobre eventos desportivos;
 - Informações e reservas sobre restaurantes, bares noturnos;
 - Atender a solicitações especiais ou não programadas como sejam:
 - Providenciar programas e circuitos turísticos;
 - Serviços de Limousine;
 - Serviços externos e de apoio (por exemplo, "babysitting").
 - Lazer
 - Excursões e organização de visitas para atrações e locais de interesse turístico;
 - Informações sobre horários e reservas de recintos desportivos (futebol, ténis ou campos de golfe);
 - Informações e reservas em spas, academias e clubes desportivos;
 - Informações sobre prática desportiva que se possa praticar no local pretendido;
- iii) serviço de compra e entrega de presentes: o serviço de concierge proporcionará e organizará os seguintes serviços:
 - Envio de arranjos de flores, cestas e pacotes diversos;

- Sugestões e ideias de presentes;
 - Localização de itens difíceis de serem encontrados;
 - Informações sobre os melhores lugares para comprar;
- iv) serviços especiais para executivos: o serviço de concierge proporcionará e organizará os seguintes serviços:
- Informações sobre salas de conferência, hotéis e centros de convenções;
 - Informações sobre Intérpretes e tradutores;
 - Envio de mensagens de emergência;
 - Envio de documentos;
 - Aluguer de equipamentos (computadores, celulares, etc.);
 - Regras de etiqueta e protocolos;
 - Informações e suporte em diversos serviços;
 - Informações legais;

Condições de uso dos Serviços Concierge

1. O uso dos Serviços Concierge está limitado a 12 serviços por Segurado por ano (excluindo os Serviços de informação). Após 12 Serviços por ano será cobrado uma taxa de Serviço de 10 % do valor do serviço solicitado com um mínimo de € 20 por serviço.
2. Em alguns casos, o custo do bilhete ou serviço poderá ser acrescido de uma taxa de reserva, de entrega ou de serviço. Os bilhetes estão sujeitos a disponibilidade local e, após solicitação, não será possível efetuar alterações ou cancelamentos.
3. O Segurador desenvolverá todos os esforços para conseguir obter os produtos ou serviços requisitados, no entanto não assume qualquer responsabilidade caso não seja possível responder positivamente ao solicitado, desde que, por fatores alheios à mesma, o produto/serviço não se encontre disponível.
4. O pagamento dos produtos ou serviços, será efetuado diretamente pelo segurado ao prestador. Qualquer alteração ou cancelamento, será responsabilidade do segurado, assim como o pagamento de algum custo adicional que estas alterações obrigarem.
5. Todos os custos (transporte, médicos, taxas, etc.) serão suportadas pelo segurado ou pessoas seguras e em situação alguma pelo Segurador, que informará antecipadamente o valor dos produtos ou serviços solicitados, para que sejam aprovados previamente pelo segurado ou pessoa segura. Em caso de necessidade do pagamento de uma caução, o pagamento da mesma deverá ser efetuado através do cartão de crédito do segurado ou pessoa segura.
6. O Segurador não se responsabiliza por qualquer incidente ou acidente, que ocorra durante a entrega dos produtos ou serviços. Todos os prestadores selecionados são devidamente credenciados e por inerência respeitam todos os requisitos obrigatórios, incluindo seguros que cobram eventuais problemas, sempre que necessário.
7. O Segurador não se responsabiliza pelo fornecimento de produtos ou serviços, cuja compra seja condicionada por questões legais. (Ex. Compra de bebidas alcoólicas ou tabaco proibida a menores de 16 anos, compra de medicamentos sem prescrição sem que esta tenha sido feito por um médico, etc).

Artigo 4.º - EXCLUSÕES

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais, o presente contrato de seguro não garante em caso algum prestações que não tenham sido solicitadas aos Serviços de Assistência do Segurador dentro dos prazos estabelecidos ou despesas que não tenham sido efetuadas com o seu acordo prévio, salvo os casos de força maior ou de impossibilidade material demonstrada.

Artigo 5.º - INÍCIO DA PRODUÇÃO DE EFEITOS

O presente contrato produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pelo Segurador, salvo se, por acordo das partes, for estabelecida outra data de início, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção da proposta.

Artigo 6.º - DURAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato é celebrado por um ano a continuar pelos seguintes e considera-se sucessivamente renovado por períodos anuais.
2. O presente contrato deixa de produzir efeitos, relativamente aos Segurados que percam a qualidade de aderentes ao Programa Cliente Frequente Negócios.

QUADRO I

COBERTURAS	CAPITAIS
ASSISTÊNCIA AO ESTABELECIMENTO	
1 – Envio de Profissionais	Ilimitado
2 – Remoção, Transporte e Guarda de Mobiliário e Equipamentos	
* Aluguer de Viatura	€200
* Guarda de Objectos	€500
* Despesas de Transporte	€200
* Guarda de Objectos	€500
3 - Limpeza do Estabelecimento	€250
4 – Guarda de Objectos	€125
5 – Substituição da Fechadura	€100
6 – Aconselhamento em caso de roubo	Ilimitado
7 – Hospitalização por Acidente Ocorrido no Estabelecimento Seguro	
* Profissional de Enfermagem	72 horas
* Envio de Medicamentos	Ilimitado
* Transporte para Estabelecimento Hospitalar	Ilimitado
ASSESSORIA AO EMPRESÁRIO	
1 – Aconselhamento em Sistemas de Segurança	Ilimitado
SERVIÇOS DE CONCIERGE	
1 – Informações de Viagem	Ilimitado
2 – Reserva de Serviços	Ilimitado
3 – Serviço de Compra e entrega de Presentes	Max. de 12 pedidos por ano
4 – Serviços especiais para Executivos	Max. de 12 pedidos por ano

Condições Especiais Proteção Jurídica – Frequente Negócios

O seguro de Proteção Jurídica ao Estabelecimento de que beneficiam os aderentes ao Programa Cliente Frequente Negócios, do Millenniumbcp, integra as Condições Gerais da Apólice e as presentes Condições Especiais, as quais, em caso de dúvida, prevalecem sobre as Condições Gerais.

Artigo 1.º - DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

SEGURADO: A pessoa no interesse do quem o contrato de seguro é celebrado e que poderá ser:

- a) a pessoa como tal identificada nas Condições Particulares, legalmente autorizada para a atividade comercial exercida;
- b) os representantes legais do Segurado, sendo este uma pessoa coletiva, que nos termos da lei e dos estatutos exercem a respetiva gestão e como tal constem na Conservatória de Registo Comercial competente;
- c) os trabalhadores do Segurado, a ele ligados por um contrato de trabalho válido, no exercício das funções da respetiva categoria profissional.

ESTABELECIMENTO GARANTIDO: o estabelecimento situado no local do risco designado nas Condições Particulares, desde que legalmente autorizado para a atividade específica aí desenvolvida pelo Segurado.

PATAMAR DE INTERVENÇÃO: montante dos danos em litígio a partir do qual são acionáveis as garantias contratuais.

Artigo 2.º - ÂMBITO DA COBERTURA

1. O Segurador, através do seu serviço de Assistência, compromete-se, até aos limites fixados no quadro II e sem prejuízo do disposto no artigo 4.º e no Artigo 8.º, a prestar os seguintes serviços:

- Defesa Penal

Assegurar os custos inerentes à defesa penal do Segurado se contra este for instaurado procedimento criminal fundado na prática de atos ou omissões negligentes contra a vida ou a integridade física de uma pessoa, ou ainda se for objeto de procedimento contra ele movido ao abrigo das disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal por factos relacionados com o exercício da sua atividade e por causa desse exercício.

- Reclamação de Danos

Assegurar os custos inerentes à reclamação por via amigável ou judicial da reparação pecuniária dos danos sofridos pelo Segurado, desde que sejam da responsabilidade de terceiros e resultem de:

lesões corporais;

- a) lesões materiais sofridas bens móveis situados no interior do Estabelecimento Garantido;
- b) lesões materiais sofridas pelos bens imóveis que constituem o Estabelecimento Garantido.

Relativamente às alíneas b) e b) do número anterior, fica excluída a intervenção do Segurador sempre que os danos resultem de uma inexecução ou execução deficiente de contratos verbais.

O Segurador não assegurará os custos inerentes a qualquer ação judicial quando, por informações obtidas, o terceiro considerado responsável seja insolvente.

2. Esta garantia será prestada em todo o território nacional.

Artigo 3.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

O Segurador obriga-se a fornecer ao Segurado os serviços adequados à resolução extrajudicial ou judicial de um litígio garantido e a suportar as despesas correspondentes.

Artigo 4.º - EXCLUSÕES

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais, o presente contrato de seguro não garante em caso os litígios decorrentes das seguintes situações:

- a) processos criminais, emergentes de um crime doloso, praticados pelo Segurado;
- b) projeto, construção ou demolição do imóvel onde se situe o Estabelecimento Garantido, ou de trabalhos ou atividades exercidas na via pública ou nos imóveis vizinhos;
- c) acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro e ainda os resultantes de acidentes enquadráveis na legislação sobre Acidentes de Trabalho;
- d) serviços prestados por profissionais que não se encontrem habilitados com a licença legalmente exigida em cada caso;
- e) acontecimentos sobrevindos ao Segurado em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou outras drogas não prescritas clinicamente;
- f) conflitos entre pessoas que figuram como Segurado na presente cobertura;
- g) aplicação do direito de família e do direito das sucessões;
- h) processos judiciais de despejo e de preferência;
- i) tumultos, atos de terrorismo ou convulsões civis.

Artigo 5.º - INÍCIO DA PRODUÇÃO DE EFEITOS

O presente contrato produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pelo Segurador, salvo se, por acordo das partes, for estabelecida outra data de início, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção da proposta.

Artigo 6.º - DURAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato é celebrado por um ano a continuar pelos seguintes e considera-se sucessivamente renovado por períodos anuais.
2. O presente contrato deixa de produzir efeitos, relativamente aos Segurados que percam a qualidade de aderentes ao Programa Cliente Frequente Negócios.

Artigo 7.º - CONDIÇÕES DE INTERVENÇÃO DO SEGURADOR

1. O Segurador condiciona a sua intervenção à verificação cumulativa das quatro condições seguintes:
 - a) o desconhecimento pelo Segurado, no momento da subscrição desta cobertura, de qualquer informação sobre um eventual litígio suscetível de fazer funcionar as garantias; isto é, os factos ou a situação de que emerge o Litígio devem ser posteriores à data de início da produção de efeitos desta cobertura, salvo se o Segurado demonstrar que lhe era impossível ter deles conhecimento naquela data;
 - b) a participação do litígio ao Segurador ser efetuada entre a data de início da produção de efeitos desta cobertura e a da sua resolução, sem prejuízo do disposto no artigo 10º.;
 - c) a participação de litígio ao Segurador ser feita pelo Segurado antes de constituir Advogado, sob pena de esta cobertura não produzir quaisquer efeitos;
 - d) o montante correspondente aos interesses em litígio ser superior à importância de um salário mínimo nacional em vigor à data do mesmo patamar de intervenção.

Artigo 8.º - SERVIÇOS PRESTADOS

1. Ocorrendo um litígio garantido por esta cobertura, o Segurador prestará ao Segurado os seguintes serviços:

- a) promoção das diligências necessárias com vista à confirmação da existência de litígio suscetível de fazer atuar a presente cobertura;
- b) desenvolvimento dos procedimentos que entender por necessários à instrução do processo e bem como à salvaguarda das pretensões e direitos do Segurado;
- c) suporte, dentro dos limites contratualmente estabelecidos, dos custos inerentes à defesa judicial dos seus interesses e à execução da decisão obtida.

2. O Segurador garante a liberdade de escolha pelo Segurado do advogado para o representar ou defender.

3. O Segurado poderá sempre prosseguir com a ação judicial ou com o recurso de uma decisão judicial, a suas expensas, sempre que o Segurador considere que a sua pretensão não apresenta probabilidades de sucesso suficientes.

4. No caso previsto no número anterior, o Segurado será reembolsado das despesas que tenha efetuado, até ao limite do valor seguro contratado e na medida em que a decisão judicial seja mais favorável do que a proposta de solução que lhe foi apresentada pelo Segurador.

5. O Segurador obriga-se a informar o Segurado sempre que ocorra um conflito de interesses ou exista desacordo quanto à resolução do litígio.

Artigo 9.º - DESPESAS GARANTIDAS

A presente cobertura garante, dentro dos limites mencionados no Quadro II, e nos precisos termos do artigo 2º, o reembolso ou pagamento das seguintes despesas:

- a) honorários e despesas originadas pela intervenção de Advogado, com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados e cujo domicílio profissional se situe na comarca competente para a ação a patrocinar, quando a mencionada intervenção seja requerida ou necessária;
- b) custas judiciais fixadas pelos Tribunais, nos termos do respetivo Código de Custas;
- c) honorários de peritos ou técnicos designados pelo Segurador ou escolhidos com o seu acordo, bem como despesas originadas pela intervenção de peritos nomeados pelo Tribunal.

Artigo 10.º - DESPESAS NÃO GARANTIDAS

Não ficam garantidas por esta cobertura:

- a) as quantias em que o Segurado venha a ser condenado a título do pedido na ação e respetivos juros, ou a título de litigância de má fé, incluindo procuradoria, indemnizações à parte contrária e custas de incidente;
- b) as multas, coimas, impostos ou outros encargos de natureza fiscal e todo e qualquer encargo de natureza penal;
- c) os honorários de Advogado relativamente a consultas ou intervenções anteriores à citação (ou ato equivalente) do Segurado, ou à apresentação por parte deste de uma ação judicial;
- d) os honorários de Advogado e as custas judiciais relativamente a ações propostas pelo Segurado sem o acordo prévio do Segurador, sem prejuízo do disposto no número 0 do artigo 12º;
- e) o custo das viagens do Segurado quando este tenha de se deslocar da sua residência habitual a fim de estar presente num processo judicial garantido por esta cobertura, salvo se a sua presença for julgada indispensável pelo Segurador.

Artigo 11.º - ÂMBITO TERRITORIAL

A presente Cobertura é válida apenas para Litígios emergentes de factos ocorridos em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, abrangidos pelas regras que definem a competência dos respetivos Tribunais.

Artigo 12.º - ÂMBITO TEMPORAL

O Segurado só tem direito às garantias prestadas pelo Segurador quando os factos que deram origem ao litígio tenham ocorrido depois da entrada em vigor e antes da data de cessação dos efeitos desta cobertura e desde que o pedido de intervenção ao Segurador se verifique durante a sua vigência ou dentro do prazo de seis meses a contar da data de cessação dos seus efeitos.

Artigo 13.º - PROCEDIMENTO DO SEGURADOR EM CASO DE LITÍGIO

1. Recebida a declaração de litígio, se o evento declarado não se enquadrar nesta cobertura, o Segurador informará desse facto o Segurado com a maior brevidade possível.
2. Quando o evento participado se enquadrar nesta cobertura, mas o Segurador considerar que a pretensão do Segurado não apresenta perspectivas de êxito, o Segurador pode recusar a sua intervenção, informando desse facto o Segurado por escrito e de forma fundamentada.
3. No caso previsto no anterior número 0, o Segurado, sem prejuízo do recurso à arbitragem, pode, por sua conta e risco, intentar ou prosseguir a ação ou defender-se, sendo posteriormente reembolsado pelo Segurador, dentro dos limites contratualmente previstos, das despesas para tal efetuadas, se a sua pretensão vier a ser judicialmente reconhecida por forma qualitativa ou quantitativamente superior àquela que originou a divergência com o Segurador.
4. O procedimento referido no número anterior será adotado com as devidas adaptações, em caso de divergência quanto à interposição de um recurso.
5. Após ter reconhecido que o litígio está garantido por esta cobertura e antes de qualquer procedimento judicial, o Segurador promoverá as diligências necessárias à instrução do processo e à salvaguarda das pretensões e direitos do Segurado.
6. Não sendo possível o acordo extrajudicial e sempre que haja necessidade de salvaguardar juridicamente os legítimos interesses do Segurado, o Segurador suportará, dentro dos limites contratualmente estabelecidos, os custos inerentes ao competente procedimento judicial, desde que considere haver sérias probabilidades de sucesso e desde que o Segurado o solicite.
7. O Segurado, sob pena de esta cobertura não produzir quaisquer efeitos, obriga-se a consultar o Segurador sobre as propostas de transação que lhe sejam formuladas no decurso da instrução e a informá-la de todas as etapas do processo judicial. O Segurador pode opor-se à propositura da ação, sempre que considere justa e adequada a proposta apresentada pela outra parte.
8. O disposto no número anterior não impede o recurso à arbitragem, nem o Segurado de intentar a ação ou fazê-la prosseguir nos termos do disposto no número 3 deste artigo.

Artigo 14.º - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO EM CASO DE LITÍGIO

1. Ocorrendo qualquer evento suscetível de ser enquadrado nesta cobertura, o Segurado, sob pena de esta não produzir quaisquer efeitos, deve participá-lo ao Segurador, no mais curto prazo possível, por escrito e de forma detalhada.

2. A participação deve ser acompanhada por todos os documentos e informações relacionadas com o litígio.

3. O Segurado deve informar o Segurador de cada nova fase do processo.

4. Se o Segurado produzir intencionalmente declarações inexatas sobre os factos, circunstâncias ou a situação de que emerge o litígio ou, mais genericamente, sobre elementos que possam contribuir para a resolução do mesmo, a presente cobertura não produzirá quaisquer efeitos relativamente a esse litígio, respondendo o Segurado pelos custos suportados pelo Segurador.

Artigo 15.º - SUB-ROGAÇÃO

1. O Segurador fica sub-rogado em todos os direitos de natureza patrimonial que ao Segurado sejam reconhecidos no âmbito do processo judicial abrangido pelas garantias desta Cobertura, designadamente o reembolso de custas e outros gastos judiciais.

2. O Segurado responderá por qualquer ato ou omissão voluntários que possam impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.

QUADRO II

COBERTURAS	CAPITAIS
DEFESA PENAL	
1 – Máximo por Litígio para as despesas mencionadas na alínea a) do artº 7º (1)	€1.250
2 – Máximo por Litígio para as despesas mencionadas nas alíneas b) e c) do artº 7º (1)	€2.000
3 – Máximo por Anuidade	€5.000
RECLAMAÇÃO DE DANOS	
1 – Máximo por Litígio para as despesas mencionadas na alínea a) do artº 7º (1)	€1.750
2 – Máximo por Litígio para as despesas mencionadas nas alíneas b) e c) do artº 7º (1)	€3.000
3 – Máximo por Anuidade	€7.500

1) o imposto sobre valor acrescentado aplicável sobre honorários considera-se incluídos para efeitos de capital.